

PROJETO DE PÓS-DOCTORADO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

TÍTULO DO PROJETO:

Utopia e distopia:

um estudo das mobilizações populares no colapso da sociedade capitalista

SUPERVISOR:

Paulo Eduardo Arantes

CANDIDATA:

Júlia Aparecida Soares de Paula

depaula.julia@yahoo.com.br

São Paulo, janeiro de 2023.

Resumo

O século XXI, nas suas duas primeiras décadas, foi palco de manifestações sociais que, embora com características diferentes, expressam uma reação ao sofrimento da experiência no capitalismo em colapso. Compreendendo que o estudo desses movimentos expressa uma possibilidade de entendimento do uso da razão no tempo presente, assim como dos limites e potencialidades humanas para que outra realidade seja criada, visamos realizar uma investigação que tem como objeto as mobilizações sociais de Maio na Espanha (2011) e Junho no Brasil (2013), a fim de identificar as novas formas contemporâneas de organização política, e também comparar os discursos regressivos ou de transformação como novo porvir a partir da atualidade. Para tal, propomos pesquisas e atividades que contribuam para o desenvolvimento do estudo e ampliem o conhecimento em torno do debate teórico realizado pela tradição crítica brasileira no que se refere à análise dos paradigmas em disputa em relação à ação do Estado e a efetivação dos Direitos Humanos e que abordem as temáticas da utopia e distopia.

Palavras-chave: Utopia; Distopia; Movimento Social; Capitalismo; Colapso.

Abstract

The 21st century, in its first two decades, was the stage of social manifestations, and although with different characteristics, they express a reaction to the suffering of experience in collapsing capitalism. Comprehanding the study of these movements as a possibility of understanding the use of reason in the present time, as well as the limits and human potentialities for another reality to be created, we intend to carry out an investigation that has as object the social mobilizations of May in Spain (2011) and June in Brazil (2013), in order to identify the new contemporary forms of political organization, and also to compare regressive and transformative discourses as a new future from today's time. To this end, we propose researchs and activities that contribute to the development of the study and expand the knowledge around the theoretical debate conducted by the Brazilian critical tradition on the analysis of the paradigms in dispute in relation to the action of the State and the realization of human rights and that address the themes of utopia and dystopia.

Keywords: Utopia; Dystopia; Social Movement; Capitalism; Collapsing.

I Breves considerações a respeito das mobilizações na sociedade do século XXI

Embora tenham se destacado no período histórico do século XXI, por apresentarem um caminho novo de organização social, movimentos como os de Junho de 2013 (Brasil), com diferentes composições e localizações, não se mostram mais como formas de resistência na atualidade. Ao contrário, nos últimos anos, observamos o recrudescimento de ações violentas em todos os âmbitos da vida, trazendo uma nova realidade para a correlação de forças no cenário das manifestações sociais. Há, portanto, um cenário de vitória política de governos com traços autoritários e de mobilizações da população em torno de bandeiras regressivas expondo o preconceito estrutural, a oposição à ciência e às conquistas democráticas em diferentes polos do globo, a explicitação da crise capitalista em um estágio avançado de degradação social, o que coloca em questão a possibilidade de um pensamento coletivo que mobilize ações emancipatórias.

Pensarmos esse tempo é entendermos como a realidade da periferia já se apresenta como existente na totalidade do sistema capitalista, sendo possível vislumbrar o colapso global demonstrado pelas formas regressivas de relações sociais dos países europeus, que historicamente foram a referência da associação imaginária do progresso na cultura geopolítica como horizonte na sociedade do consumo. E que a vivência da cidadania como acesso aos direitos civis, políticos e sociais se constitui como um momento de grande espera no abismo que se aprofunda entre a experiência e um horizonte de expectativa nesse novo tempo do mundo (ARANTES, 2014).

As ações coletivas empreendidas como recusa ao estado de coisas intensificado com a crise que se arrasta desde os anos 1970 e se aprofunda em 2008, tornando ainda mais dramático o desemprego em massa, a precarização e a flexibilização de direitos e explicitando diferentes formas de violação dos direitos humanos, como a escravidão contemporânea, se constituem como uma crítica aos discursos que individualizam a questão, mas ainda não se instituem como criadores de novas propostas. Assim, ainda que tenham sido resistência e oposição organizada por um curto período, as aspirações esbarraram no limite pela negociação por direitos, sem questionar que se trata de um pacto político não mais possível, ou até mesmo se dissiparam ao longo do tempo.

A reprodução de antigas formas de luta, por meio da integração ao estabelecido tendo em vista a mediação do Estado, não se constitui como uma interpretação dos limites

de nossa época. Devemos avançar com um caminho novo de organização social para a construção do movimento de mudança que negue a sociedade contemporânea e seja espaço para novas formas de pensar e agir, capazes de projetar um outro mundo para além da catástrofe já existente. Assim, o conhecimento da realidade é também o entendimento da necessidade de sua transformação, sendo as ações coletivas o modo de construção da utopia como crítica do presente e perspectiva de um porvir.

Entendemos que a denúncia e a resistência se instituem como uma oposição à regressão, tendo a potencialidade de indicar a barbárie criada no capitalismo (MENEGAT, 2012). Mesmo que não modifiquem o poder de destruição da natureza e dos direitos humanos mais elementares e, até mesmo como bandeira de lutas, a perspectiva de salvar vidas não deixa de estar em acordo com a lógica humanitarista e empreendedora do sistema, indicando a apropriação do discurso por interesses privados. O acesso ao direito de consumo de mercadorias como comida, roupa ou políticas públicas estabelece-se na relação da forma jurídica com a forma mercantil. Ou seja, a luta por direitos não questiona a produção de mercadorias e não leva a uma outra sociabilidade, assim como não deixa de legitimar o uso da violência por parte do Estado como modo de controle social.

O insuportável vivenciado pela massa da população, estruturado como um momento destrutivo tanto fisicamente - com a propagação de guerras, mas também o extermínio cotidiano dos perdedores desse sistema, quanto intelectualmente, com a redução do desenvolvimento das capacidades humanas com um todo - inclusive da imaginação - traz a urgência de debatermos o nosso tempo (JAPPE, 2013 e 2021). O futuro vislumbrado como progresso, sustentado pelos discursos de desenvolvimento tecnológico e o bem-estar, se contrapõe à catástrofe social e ecológica mundial que apresenta traços distópicos do porvir, a partir da realidade do presente que esgota sua possibilidade civilizatória e restringe o uso público da razão (MENEGAT, 2003).

Trata-se de uma sociedade em que o sistema de produção e reprodução das relações sociais se organiza de forma opressiva e com traços autoritários e destrutivos para a manutenção da acumulação diante de uma massa de sobrantes que não conseguem se instituir como seres de direito. Esses fatores dão visibilidade aos componentes que se apresentam como a construção social coletiva da catástrofe, por meio dos germes identificados no processo do colapso diante da descapitalização reflexiva dos cidadãos. Assim, os olhos acostumados à sombra (MENEGAT, 2012) precisam de lanternas de grande potência para iluminar a verdade da vida social e gestar a capacidade crítica para

os debates acerca das possibilidades humanas do futuro. Por isso, a grande importância da produção de conhecimento da teoria crítica.

A concorrência acirrada na globalização, com a mundialização do capital via financeirização, produção e circulação de mercadorias, além de pessoas disponíveis, estimula a competitividade entre empresas e seres humanos. Embora esse motor da individualização esteja estruturado no modo de funcionamento da sociedade capitalista, se intensifica com a Terceira Revolução Técnico-Científica, ao promover a redução do tempo socialmente necessário para produção, delimitando a quantidade de vagas a serem ocupadas na venda da força de trabalho e gerando a redução da mais-valia. Ao contrário da segunda Revolução Industrial, com a expansão da produção e do consumo no pacto social no fordismo, a microeletrônica impõe uma velocidade que traz limites reais à expansão econômica.

Nessa perspectiva, entendemos que os limites da acumulação repercutem diretamente na ação do Estado, tido dentro do imaginário restrito como a instituição de referência para o desenvolvimento social e progresso nacional. A redução de fundo público e o endividamento promovem a falta de autonomia desse agente da política (KURZ, 1997). Faz-se, portanto, fundamental olhar para o Estado a partir da lógica desse sistema e compreender que só é possível globalizar as relações financeiras, não os direitos sociais, pois a disputa do recurso do Estado para a reprodução do capital se estabelece de forma desigual. Assim, se há um limite do capitalismo, há, na outra ponta, o limite do Estado no qual a existência serve para garantir a reprodução capitalista, atuando com formas de convencimento e também o uso da força. Sendo os movimentos regressivos manifestações que apresentam as consequências dessa longa crise do capital instaurando ondas de ódio direcionadas para parte da população na disputa por trabalho assalariado.

Para a compreensão do Brasil contemporâneo, podemos dizer que as formas de controle historicamente passam pelas relações sociais violentas e, embora sejam uma realidade mundial, o desenvolvimento capitalista expressa a maior brutalidade na sua periferia. Parte dessa história se explica por ter se constituído a partir da acumulação primitiva dos países centrais, como resultado do movimento mundial de expansão do capital (PRADO JÚNIOR, 1980). Essa condição, diante do mercado global, acarretou não só uma desigualdade no ritmo de desenvolvimento econômico, mas também o retardo na formação política, social e cultural. Como consequência, temos uma modernização que se completa por meio do endividamento externo, grande excedente de força de trabalho

disponível e o surgimento das favelas já na primeira fase de industrialização, além de conquistas sociais tardias.

Assim, a partir da particularidade periférica, a origem e permanência de formas regressivas resultam do processo histórico da consolidação da economia-mundo capitalista (ARANTES, 2014). E, se no século XIX a tentativa de se igualar aos países centrais já se mostrava complexa, pois mesmo se existisse algum esforço significativo da classe dominante de fazer diferente, as condições do capitalismo mundial impunham um ritmo aos países periféricos que estes dificilmente conseguiriam se equiparar. Esse processo, que não foi interrompido com a modernização capitalista dos países periféricos, também não será possível com as mudanças decorrentes da concorrência gerada com a microeletrônica.

O Governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), empregando o discurso de desenvolvimento, promoveu medidas de investimento na produção do espaço (HARVEY, 2005), garantindo maior disponibilidade de recursos nos cofres públicos para possibilitar a sobrevivência do sistema produtor de mercadorias, o que serviu para administrar os impactos da crise. Embora as ações apresentassem o limite pela própria forma (criação de valor por meio da utilização do maquinário altamente tecnológico), ainda assim houve expansão da empregabilidade da força de trabalho e do acesso ao crédito no período.

Mas, diante da competição direta e do alto grau de desenvolvimento das bases tecnocientíficas da produção, a disputa com países centrais não se torna um problema redutível à vontade política, tendo a governabilidade do partido durado um curto espaço de tempo. Nesse sentido, o Brasil se insere na nova divisão internacional da produção a partir da sua particularidade histórica periférica do tempo de realização da modernização capitalista e, devido à própria dinâmica do capital, não permite avançar a ponto de competir com os países centrais, intensificando, no contexto de crise, suas formas regressivas em busca de acumulação de capital, o que se torna visível na manutenção do emprego de formas regressivas de uso da força de trabalho nas obras dos Megaeventos e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAULA, 2018).

Cabe, portanto, pensarmos como o Brasil, a partir de sua proposta ilusória de um novo período de desenvolvimento, esbarra no limite da própria lógica desse sistema. O entendimento de Schwarz (1987) das relações que se mantêm na estrutura social e do que surge de novo por meio da ideia de progresso e de moderno deste período histórico, faz compreender que, ao longo da história do país, pode-se identificar esse mesmo movimento. Pois há a persistência de ter como modelo os países centrais, o que resultará

em uma constante busca por alcançá-los, sendo esta a referência de desenvolvimento que resulta em um sentimento de inferioridade. Entretanto, o movimento da mundialização da degradação está se generalizando e com a crise mundial, que assinala o colapso da modernização, os países periféricos que realizaram sua modernização tardiamente são os primeiros a sofrer seu impacto. Mas o processo de expansão dessa realidade para outros países já está em andamento (KURZ, 1992).

As presunções civilizatórias da periferia com o sentimento de atraso, este que não era uma preocupação que figurava como determinante no século XIX, diante da valorização das vantagens de seguir ou desprezar as normas, mesmo que sob novas preceitos culturais de indivíduos esclarecidos (ARANTES, 1992), no século XX serão definidoras das relações econômicas e políticas a serem instituídas. Por meio da produção industrial e da normatização jurídico-legal, como forma de demarcar o ideário do progresso, o Estado inicia o processo de modernização que resultará em reflexões de intelectuais que compõem a tradição crítica brasileira. Tais esforços que não foram suficientes para conter as formas regressivas de relações sociais que perduram até hoje e nem para evitar os equívocos de interpretações que evocam análises que defendem a persistência da dependência brasileira no sistema econômico mundial e sustentam formas tradicionais de práticas políticas.

Não por acaso, o espanto gerado pela oposição aos partidos políticos e sindicatos nas manifestações de Junho de 2013, movimento considerado como resultado de uma utopia real armazenada que quebra o tabu da luta política na rua como uma oposição sem antigas ilusões. O que foi demonstrado pela legião sem nome, por meio da ausência e até recusa das referências tradicionais de luta, centrado na figura de lideranças e também nas reivindicações de circulação que aspiram a ideia de liberdade gestada com o Movimento Passe Livre (ARANTES, 2014).

Trata-se de uma geração que participa da redefinição do tempo e espaço da experiência social e, assim, altera o espaço e a experiência urbana. Relação que pode ser compreendida pela discussão a respeito dos sentidos e os lugares do trabalho na tessitura do mundo social, pois pode não estruturar mais as promessas de progresso, mas não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida em sociedade no capitalismo (TELLES, 2010, p. 113). A formação política mediada pelas experiências formais não se apresenta como realidade para a massa da população jovem, generalizando a ausência dos direitos e resultando no desmoronamento da organização coletiva de classe. Como mobilizar trabalhadores diante da instabilidade e até ausência da empregabilidade com os mesmos

discursos tradicionais? Assim, entendemos que a insurgência que contém componente de utopia é uma ação possível quando há negação do instituído, sendo uma reação de quem não suporta mais perder.

Por isso, para pensarmos o país de hoje, tendo completado seu processo de modernização tecnológica e intensificado a degradação da vida social com o governo de milícia conduzido por Jair Messias Bolsonaro, cabe entender a falta de coerência moral do discurso que reforça a violência, ataques ao conhecimento e à ciência, porta-voz de uma sociedade machista, homofóbica, racista e xenófoba, vindo de um cargo dentro da legalidade democrática. Assim como analisar as ações que ampliam a perda de direitos ligados às leis trabalhistas e do uso intensivo da violência para administração do caos. E mesmo não sendo possível afirmar a inexistência de diferenças significativas do Brasil em relação aos países que vivenciaram o estado de bem estar social, diante do desmoronamento da periferia, observamos que esta se torna o espelho revelador do que os países centrais já começavam a conviver com as manifestações sociais violentas e a vitória eleitoral de governos da extrema direita. O que coaduna com o pensamento de que se trata da própria lógica deste tempo a intensificação da era da emergência e sua mundialização como o resultado da história universal (ARANTES, 2014).

O processo que representa a ilusão contida nas mobilizações coletivas progressistas de mudar o instituído por meio da velha política pode até apresentar um componente de utopia, mas já surge limitado pela repetição da ação e da fé no exercício da cidadania na democracia burguesa. Mas, o contexto de sofrimento social intenso que atinge a todos, até quem ocupa os melhores lugares nesse palco mundo, possui a potencialidade de mobilizar uma grande massa de pessoas, como identificado nos movimentos de 2013, visando a mudança da situação em que se encontram e apresentando novas formas de organização política. Cabe, portanto, identificarmos se no agora os resultados das eleições de 2022 refletem alguma mudança no cenário regressivo dos últimos anos e se existe movimento social capaz de apresentar uma ação de resistência com práticas que promovam a negação ao instituído e trilhe um caminho no sentido de produzir outras formas de relações sociais, sem o risco da sua dissipação, para a continuidade do processo de realização da utopia.

II Proposta de Trabalho

Diante da realidade vivenciada nas primeiras décadas do século XXI, a proposta de estudo para pós-doutorado visa investigar as formas de manifestações sociais na atualidade que apresentam como oposição ao estado de coisas instituído ou reforçam o discurso conservação e regressão. Buscamos compreender, por meio do entendimento das práticas e forças em disputa, quem são os sujeitos, como se organizam politicamente e as propostas em questão, tendo como perspectiva a análise de como os discursos e ações têm contribuído para a reprodução da violência ou produção de propostas emancipatórias no colapso da sociedade capitalista. Para tanto, estudaremos ações como as de Junho de 2013 (Brasil) e ampliaremos a análise com as manifestações do Maio de 2011 (Espanha), que se tornaram referências para pensar novas formas de organização, com o objetivo de elencar pontos centrais para entendimento da potencialidade de novas práticas utópicas e também compreender o que levou à dissolução ou partidarização dos integrantes ou do movimento. Visamos também identificar as manifestações à direita que apresentam traços distópicos, nos dois países, traçando assim um panorama comparativo das manifestações.

Podemos dizer que os estudos realizados ao longo dos anos – graduação, mestrado e doutorado -, a respeito das relações regressivas no Brasil expressas na forma de submissão do trabalhador à condição análoga ao escravo, são motivadores do interesse por aprofundar o debate teórico realizado pela tradição crítica brasileira e ampliar a análise dos paradigmas em disputa em relação a ação do Estado e a efetivação dos Direitos Humanos. Mas também buscamos novos conhecimentos via pesquisa das manifestações sociais para o entendimento de como a condição insuportável no tempo presente pode se transformar em ação, transcendendo os limites da experiência na realidade capitalista.

Propomos como método de trabalho realizar pesquisa bibliográfica, hemerográfica, documental e de campo. Realizaremos as leituras iniciais a respeito: das temáticas da utopia e distopia (assim como a de obras artísticas a elas relacionadas); da tradição crítica que diz respeito à interpretação da realidade brasileira para compreensão das formas regressivas na atualidade; do progresso e dos direitos humanos em sua relação com o Estado e; das novas e tradicionais formas de organização social. Partimos de três questões analíticas para o desenvolvimento do estudo: Por que o humanismo ainda é um porvir? Quais os limites postos às formas tradicionais de organização social? Quais os elementos utópicos necessários para pensar a transformação?

Entendemos que as questões analíticas serão referências válidas para os estudos teóricos a respeito das formas de manifestações sociais, mas também contribuirão para o diálogo com os sujeitos envolvidos nas mobilizações e o estudo de autores e obras que versem sobre a temática¹. Para tal, pretendo levar o tema de investigação desse projeto para o diálogo nos grupos de estudos e atividades do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) do DG-FFLCH-USP, como o Seminário Pesquisas Sobre um Colapso Anunciado, e do Seminário Athene Noctua, da Área de Filosofia Moral e Política do Departamento de Filosofia Política da Universidade de Barcelona.

O debate do humanismo será pensado a partir do legado da cultura grega da produção de uma forma social que visava o desenvolvimento de um todo ligado aos aspectos da vida para pensar o humano a fim de estabelecer a diferenciação com o paradoxo realizado pela sociedade capitalista, que sustenta na divisão social do trabalho uma imagem cindida do indivíduo, com funções e formas de existência distintas, e institui um ser abstrato com valores abstratos. Compreendendo que o universal dessa sociedade é a acumulação de valor, demarcamos que as mediações que levam o particular ao universal não são pensadas para o ser em sua realização de uma autoconsciência para efetivação da liberdade e emancipação humana, tendo em vista uma formação social superior, mas a produção e reprodução de relações reificadas (MENEGAT, 2012).

Faz-se de grande importância explicitar que os momentos constitutivos da sociedade burguesa que gestaram uma racionalidade humana marcaram nessa forma social a primazia da propriedade e das coisas, tendo o Homem como razão que produz conhecimento e domina a natureza, mas que também se torna, por meio da instrumentalização da ciência e da técnica, o poder de dominação dos seres sociais e o algoz da sua aniquilação. Ao observar, por exemplo, o processo moderno colonizador e as guerras (locais e mundiais) como uma construção sócio-histórica que, tendo como justificativa levar a “civilização” – calcado na superioridade do Homem, branco, cristão e europeu-, utiliza-se da diferenciação quanto a cor, etnia, religião, gênero para exploração e extermínio de indivíduos e populações. Esse poder da criação da civilização avaliza a destruição dos seres considerados “desprovidos dos pré-requisitos básicos da civilização”(MENEGAT, 2012, p.140), como os existentes nas colônias, a partir da concepção de civilização presente na

¹ Propomos partir dos estudos de autores como Nunes (2021) e Clover (2016) e suas obras distintas, respectivamente *Neither Vertical nor Horizontal: A Theory of Political Organization* e *Riot, Strike, Riot. The new era of uprising*, para fazer o diálogo das formas de lutas tradicionais e como em momentos de crise se manifestam como motins.

Declaração dos Direitos do Homem, mas também define quem hoje são considerados supérfluos mesmo existindo um conjunto de documentos e legislações que defendem os Direitos Humanos e sustentam o discurso da sua validade universal.

Assim, podemos afirmar que a consequência lógico-histórica do livre desenvolvimento do capital e como ocorre sua constituição não é evidente para os indivíduos, uma vez que a consciência reificada tende a produzir sua naturalização. Dialogar e refletir a respeito da construção de uma outra realidade passa necessariamente pela compreensão dos limites colocados por essa forma de dominação da razão que diferencia os seres humanos, para que seja possível gestar coletivamente uma outra sociabilidade. A consciência da destrutividade das relações sociais no capitalismo é um caminho profícuo para pensar as motivações e escolhas dos seres sociais quando a preocupação é a sobrevivência imediata, fator que dificulta a efetivação de um bem viver coletivo, da potencialidade utópica e a promessa hoje do que se deve realizar: a constituição de uma nova humanidade que permita a todos seguirem na mesma direção, na construção de uma sociedade verdadeiramente livre e igualitária. O que só pode se realizar com o fim do sistema capitalista.

Como um alerta ante à desesperadora realidade vivenciada pela sociedade contemporânea que produz especialistas na destruição e envolve grandes massas em torno da produção de massacres, o que chama ainda mais atenção é como os seres humanos entendem todo esse funcionamento violento como progresso, tendo a ciência e a técnica instrumentalizadas voltadas para esse fim. Há, portanto, um ponto cego não vislumbrado nesse caminho: a irracionalidade das ações automáticas que pode conduzir todos à morte. A ausência de seres capazes de um verdadeiro conhecimento conduziu a humanidade para as ruínas, a saída é resgatar a ideia de um porvir, mas para seja possível, os sujeitos devem ser capazes de realizar escolhas conscientes, rompendo com a forma capitalista de manutenção das estruturas de dominação. O que exige demonstrar que o ser humano é complexo e a vida requer mais do que a reprodução de um sistema que limita a potencialidade humana.

Na crítica que realizamos, configura-se como base para as reflexões do estudo a necessidade desse entendimento para uma utopia, uma vez que a formação social capitalista só pode marcar o fim da pré-história da humanidade, como Marx afirmou, se possibilitar o desenvolvimento das individualidades com um acúmulo de conhecimento que "reduz o trabalho humano, o dispêndio de energia, a um mínimo. Isso beneficiará o trabalho emancipado e é condição de sua emancipação" (MARX, 2011, p. 585). Não será por meio da manutenção do modo de produção que caminha para a construção de uma

realidade distópica – com o processo automático a acumulação e produção de mercadorias que gesta uma massa excedente dos trabalhadores para essa finalidade-, mas a sua transformação radical, numa retomada da relação metabólica dos indivíduos com a natureza e numa necessária mudança dos costumes e dos hábitos desta forma social².

Nos referenciamos na leitura de Marx para compreender a dominação capitalista em relação às forças produtivas e às relações de produção. E, por meio da discussão contida no *Grundrisse*, defendermos que o trabalho alienado não resulta da falta de apropriação do excedente por parte do produtor, mas quando a força despendida se torna o trabalho em sua potencialidade particular de conservar e criar valor, assim que “devém força do capital” (MARX, 2011, p. 286). Nesse sentido, o processo de produção é colocado anteriormente, os sujeitos não determinam a finalidade, pois esta já está colocada a priori. Torna-se um movimento automático e inconsciente, como marca da forma social do capital, e não como resultado da experiência. Logo, o trabalho alienado constitui-se em um meio para o fim da valorização do valor, e as relações sociais de produção são organizadas a partir do controle do tempo dos indivíduos, por meio da produção alienante fundada na dominação da máquina, sendo que a transformação real “partiria de uma base da produção nova, modificada, originada somente por meio do processo histórico (MARX, 2011, p. 707).

Marx aponta como necessária a mudança do modo de produção para além do modo de distribuição, ou seja, ele nega que as máquinas podem deixar de ser agente da produção social capitalista pela transferência de poder para a classe trabalhadora e gestar relações reificadas. Desta forma, o conhecimento para uma nova prática de apropriação do tempo e espaço pelo ser humano deve dar conta de realizar uma crítica radical à produção da sociedade capitalista, vislumbrando uma outra forma social como uma aposta de futuro. Não só pela prática organizacional da indústria e pela questão dos interesses da produção para o lucro, mas a relação do trabalho medido pelo tempo socialmente necessário controlado pela ciência e a técnica contida no modo de produção industrial.

Como demonstra Postone (2014, p. 44), a superação do capitalismo é a própria superação dos aspectos formais e materiais desse modo de produção, assim como, "a

²Segundo Moïse Postone (2014, p. 45): “A separação deles só poderia ser superada transformando os modos existentes de trabalho manual e intelectual existentes, ou seja, pela constituição histórica de uma nova estrutura e organização social do trabalho. [...] Essa nova estrutura se torna possível, de acordo com a análise de Marx, quando a produção de excedentes já não se basear necessária e primariamente no trabalho humano imediato. Trata-se, portanto de uma análise necessária para pensar a utopia como uma cultura coletiva, como podemos observar na Cocanha, *Fabliau* francês de autor desconhecido do Século XVIII (FRANCO JÚNIOR, 1998).

superação do capitalismo envolve também a superação do trabalho concreto executado pelo proletariado". O fetiche da produção capitalista não acaba com uma proposta teórica que critica o capitalismo e a propriedade privada, sem deixar de utilizar a mesma força produtiva para conduzir o processo de transformação por meio da socialização da riqueza produzida. O resultado da utilização das forças produtivas do capital é a alienação do indivíduo, que cumpre o papel de apêndice da máquina ou é substituído por esta. Assim, a dominação não é resultado de uma dependência direta entre trabalhador e capitalista, mas da condição estrutural da sociedade que tem na produção industrial o modo de produção baseado no valor, ou seja, nas próprias estruturas sociais abstratas constituídas que garantem uma produção/reprodução alheia aos indivíduos.

O pensamento de Marx se concretiza hoje e é de suma importância à compreensão da autodestrutividade do sistema capitalista para garantir sua vitalidade de forma extremamente contraditória e que, com a generalização mundial desta forma de prática social, tem-se a efetivação de barreiras intransponíveis à acumulação com a Terceira Revolução Tecnocientífica e o seu colapso (KURZ, 1992). A globalização, ao atender ao movimento geral de produção e a circulação de mercadorias e dinheiro, institui a mercantilização da vida social mundialmente e a falta de autonomia do Estado, com a administração supralocal/transnacional. Portanto, uma forma de gestão da crise terminal da sociedade produtora de mercadorias não é mais possível. Quem administra o dinheiro do Estado são as empresas, grupos supralocais que têm o interesse estrito de lucratividade, demonstrando que o Neoliberalismo atua como um poder político e econômico. Assim, diferente de um momento em que ainda havia alguma forma de disputa possível pelos recursos do Estado, as instâncias de poder transnacionais ditam a maneira e o ritmo da acumulação e também limitam as decisões políticas.

Por isso, cabe criticarmos as descabidas tentativas de avanço do país por meio de saídas calcadas em medidas para o desenvolvimento diante da revolução microeletrônica, o desemprego estrutural e o movimento autômato do dinheiro, intensificados com a ficcionalização do capital, diminuindo significativamente a forma de acumulação de capital e o colapso do Modo de Produção Capitalista. Mas também compreender os limites das ações de um movimento coletivo que se contrapõe a esses grupos/corporações via forma capitalista da luta pelo direito, numa perspectiva dos Direitos Humanos calcados na democracia burguesa.

O mundo globalizado, embora tenha unificado as relações financeiras, estabelece barreiras reais das divisões políticas e territoriais dos Estados Nacionais e legitima a

desigualdade historicamente existente na nova realidade social, pelos limites colocados não só para responder à generalização da precarização da vida dos seus cidadãos, como também da massa de sobrantes, que busca melhores condições de existência, advinda de outras localidades que chega reivindicando o discurso universal da dignidade humana. Desta forma, podemos observar movimentos populares que reproduzem os discursos de alienação e relações de fetiche no capitalismo contemporâneo contra grupos que identificam como ameaça à permanência do status, hoje em declínio, como as ações violentas contra migrantes, além de legitimar as desigualdades de gênero, raça, etnia, etc.

Ou seja, os homens se comportam no espaço-tempo em que o processo realizado com a total separação do trabalhador dos seus meios de produção e reprodução da vida, sob o domínio do capital, constitui as relações de alienação como uma prática social. O que leva à necessidade de pensar alternativas concretas a essa forma de organização partindo das relações sociais estabelecidas na contemporaneidade. A ausência da diferenciação forma-conteúdo capitalista leva a conclusões como a de identificar a possibilidade de construção de uma sociedade que rompa com a alienação e o fetiche a partir da redistribuição dos bens socialmente criados, do acesso à melhores condições de vida e do direito ao trabalho e à cidade por meio das lutas sociais e acesso ao fundo público.

A reprodução dessa organização e manutenção do discurso advém de formas tradicionais de mobilização e lutas já existentes no século XIX e XX calcados na compreensão de uma sociedade industrializada que possui um grande contingente de operários na produção, uma realidade não mais existente, e já demonstrou sua incapacidade de transformação social pela reivindicação mediada pela luta que visa o acesso ao consumo. Por isso, entendemos que a defesa da dentro da forma capitalista e sua produção calcada na indústria significa a manutenção da reprodução de práticas que podem impedir um outro processo social, uma nova sociabilidade.

Numa sociedade onde a cidade e o trabalho são parte do mesmo processo de fetichização, a cidadania é sinônimo de consumo, e para terem dignidade os indivíduos precisam ter trabalho, se vender como mercadoria e estar incluídos no mundo dos consumidores de mercadorias: comer, morar, vestir etc, com o esgotamento da lógica de reprodução capitalista, entendemos que novas experiências podem surgir, mesmo sendo uma resposta imediata à sobrevivência, diante da necessidade de transformação que se coloca como urgente. Entendemos, portanto, que o fim da alienação da sociedade produtora de valor só será possível com a construção de uma outra sociedade, o que requer uma transformação radical do espaço e das relações sociais.

Nesse sentido, a mudança se inicia com a compreensão dos limites da forma capitalista e a necessidade de sua superação, desde seu modo de produção até o modo de distribuição via luta política pelo acesso jurídico-legal do direito à cidade e ao trabalho. O discurso e a ação devem ser de crítica da crítica, para se alcançar o cerne da questão. Mas é possível identificar esse movimento reflexivo e propositivo nas mobilizações sociais? A proposta é que essa resposta seja possível com a relatos de campo baseados em entrevistas; leitura e organização de informações disponíveis na imprensa; e coleta e sistematização de documentos, obras de arte e livros que contribuam para a análise.

Visamos o estudo das formas de mobilização social e sua possibilidade de ação emancipatória, sendo a pesquisa de campo prevista para que ocorra em dois momentos distintos. Primeiro com um levantamento, por meio de reportagens, vídeos, entrevistas e estudos de referência, das principais manifestações sociais realizadas no século XXI, no Brasil e na Espanha, elencando as informações necessárias para conhecimento e análise dessa realidade; o estudo de obras de arte que versem sobre a temática de utopia e distopia, entendendo que contribuem como linguagens possíveis de representação da vida social que permitam o diálogo com a teoria social; e depois a elaboração de questões norteadoras a serem referências para o diálogo na pesquisa de campo. Já o segundo momento, seria constituído pelas entrevistas com pessoas que participaram das manifestações, inicialmente das de Maio de 2011 e Junho de 2013, mas com possibilidade de outras referências e organizações serem incluídas.

III Síntese da Proposta

Hipótese

- As manifestações sociais do século XXI expressam a ilusão do progresso tendo o Estado como o seu agente regulador, mas também permitem vislumbrar novas formas de organização que surgiram como recusa às formas políticas tradicionais. Assim, por meio da análise de tais eventos, podemos afirmar que ambas representam uma reação ao sofrimento da experiência no capitalismo, ainda que alguns se diferenciem por conta dos discursos com componentes de utopia ou distopia. Nesse sentido, o estudo desses movimentos se torna uma possibilidade de entendimento do uso da razão no tempo presente e permite identificar os limites e potencialidades humanas para que outra realidade possa vir a ser criada.

Objetivo geral

- Estudar as manifestações sociais de Maio na Espanha (2011) e Junho no Brasil (2013), tendo em vista identificar novas formas contemporâneas de organização política, realizando um levantamento comparativo dos discursos regressivos ou de transformação como novo porvir no século XXI.

Objetivos específicos

- Compreender as novas formas de manifestações sociais na atualidade que reforçam os discursos de conservação, regressão ou emancipação, a partir da identificação dos sujeitos envolvidos e como se organizam politicamente, por meio de suas propostas e os objetivos das ações;
- Realizar o estudo de obras artísticas que contribuam para a compreensão da utopia e distopia, identificando potencialidades para produção de pensamento emancipatório;

- Aprofundar os estudos da temática dos direitos humanos a partir da compreensão dos paradigmas de análise do significado do progresso no âmbito econômico, político, social e cultural da sociedade em colapso;
- Estudar ações como o Junho de 2013 (Brasil) e o Maio de 2011 (Espanha), tidas como referências para pensar novas formas de organização com o objetivo de elencar pontos centrais para entendimento da potencialidade de novas práticas utópicas;
- Identificar as manifestações à direita que apresentam traços distópicos, no Brasil e na Espanha, traçando assim um panorama comparativo das manifestações;
- Revisar e ampliar a leitura sobre o debate teórico realizado pela tradição crítica brasileira; a respeito da análise dos paradigmas em disputa em relação a ação do Estado e a efetivação dos Direitos Humanos; e de autores que abordem a temática da utopia e distopia.

Atividades previstas (Desenvolvido no arquivo Plano de Atividades)

(setembro de 2023 a agosto de 2024)

- Levantamento bibliográfico, hemerográfico e documental;
- Pesquisa de campo no Brasil e na Espanha;
- Participação em grupo de estudos e eventos;
- Realização de Seminário com temática de Direitos Humanos;
- Elaboração de artigo como os resultados da pesquisa.

IV Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outras estudos sobre a era da emergência.** São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CLOVER, Joshua. **Riot, Strike, Riot. The new era of uprising.** Londres & New York: Verso, 2016.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: As Várias Faces de Uma Utopia.** São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

JAPPE, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas.** São Paulo: Hedra, 2013.

_____. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmensura e autodestruição.** São Paulo: Elefante, 2021.

KURZ, Robert. **Os últimos combates.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas.** Rio de Janeiro: REVAN / Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

_____. **Utopias do ócio para depois do fim do mundo, agora. In: O Olho da Barbárie.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

NUNES, Rodrigo. **Neither Vertical nor Horizontal: A Theory of Political Organization.** Londres & New York: Verso, 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1980.

PAULA, Júlia de. **Trabalho escravo no século XXI: o caso da construção civil no Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social. PPGSS – UFRJ, 2018.

POSTONE, Moische. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TELLES, Vera da S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.